

✓ Experiências recentes de implementação e análise de políticas públicas no campo da cultura

Dra. Lia Calabre¹

¹ FCRB

Resumo: O campo das políticas culturais nasce no século XX, se consolida a partir de 1950. Isso não significa que projetos e ações na área da cultura e das linguagens artísticas não fossem implementados pelo Estado, porém é a partir desse período que temos a entrada da área na estrutura organizacional do Estado, sendo operada a partir de lógicas, ferramentas e expertise oriunda das políticas públicas. No caso específico do Brasil a construção de políticas públicas de cultura, de maneira democrática ocorre efetivamente nos anos 2000. No governo do Presidente Lula tivemos o cantor e compositor Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura (2003-2008). Na gestão do Ministro Gil, teve início um intenso trabalho de construção de políticas públicas de cultura em bases democráticas e participativas. O presente artigo pretende recuperar um pouco da trajetória da construção das políticas públicas no campo de cultura no Brasil no século XXI, refletindo sobre algumas experiências de avaliações de algumas dessas políticas, em especial sobre o Programa Cultura Viva.

Palavras-chave: políticas públicas de cultura, Programa Cultura Viva, avaliação de políticas de cultura; Ministério da Cultura

EN Recent experiences in the implementation and analysis of public policies in the field of culture

Abstract: The field of cultural policies rises in the 20th century, and by the Fifties it is consolidated. This does not mean that projects and actions were not implemented by the State before, in cultural and artistic areas. However, it is from the Fifties onward that cultural policies become a part of the organizational structure of the State, being operated with a basis in the logic, tools and expertise of public policies. In the specific case of Brazil, the construction of effectively democratic public cultural policies occurs in the first years of the 21st century. During President Lula's government, the Minister of Culture was the composer and singer Gilberto Gil (2003-2008). In this period, an intense program of creation of public cultural policies, with solid democratic and participative bases, began to take place. This article attempts to recover part of the history of the creation of public policies in the cultural field in 21st-century Brazil, thinking about assessment experiences of some of these policies, especially about the Programa Cultura Viva (Live Culture Program).

Key-words: cultural public policies; Programa Cultura Viva; assessment of cultural policies; Ministry of Culture

ES Experiencias recientes de implementación y análisis de políticas públicas en el campo de la cultura

Resumen: El campo de las políticas culturales nace en el siglo XX y se consolida a partir de 1950. Eso no significa que proyectos y acciones en el área de la cultura y de los lenguajes artísticos no fueran implementados por el Estado, sino que es a partir de ese período que tenemos la entrada del área en la estructura organizacional del Estado, siendo operada a partir de lógicas, herramientas y experiencia oriunda de las políticas públicas. En el caso específico de Brasil, la construcción de políticas públicas de cultura de manera democrática ocurre efectivamente en los años 2000. En el gobierno del Presidente Lula tuvimos un cantor y compositor, Gilberto Gil, al frente del Ministerio de Cultura (2003-2008). En la gestión del Ministro Gil, tuvo inicio un intenso trabajo de construcción de políticas públicas de cultura en bases democráticas y participativas. El presente artículo pretende recuperar un poco de la trayectoria de la construcción de las políticas públicas en el campo de la cultura en Brasil en el siglo XXI, reflexionando sobre experiencias de evaluaciones de algunas de estas políticas, en especial sobre el Programa Cultura Viva.

Palabras-clave: políticas públicas de cultura, Programa Cultura Viva, evaluación de políticas de cultura, Ministerio de Cultura de Brasil.

FR Expériences récentes dans la mise en œuvre et l'analyse de politiques publiques dans le domaine de la culture

Résumé: Le champ des politiques culturelles est né au XXe siècle et s'est consolidé à partir de 1950. Cela ne signifie pas que les projets et les actions dans le domaine de la culture et des langages artistiques n'aient pas été mis en œuvre par l'État, mais c'est à partir de cette période que ce domaine est entré dans la structure organisationnelle de l'État, fonctionnant à partir de logiques, d'outils et de compétences provenant des politiques publiques. Dans le cas spécifique du Brésil, l'élaboration de politiques publiques culturelles, de manière démocratique, s'est mise en place dans les années 2000. Au sein du gouvernement Lula, un travail intense de construction des politiques publiques de la culture sur des bases démocratiques et participatives a été engagé par le ministère de la Culture, alors dirigé par le chanteur et compositeur Gilberto Gil (2003-2008). Cet article a pour objectif de retracer la trajectoire des politiques publiques culturelles au Brésil au XXIe siècle, en analysant quelques-unes des expériences d'évaluations de ces politiques, en particulier le Programme de la Culture Vivante ("Programa Cultura Viva").

Mots-clés: politiques publiques culturelles; Programme de la Culture Vivante ("Programa Cultura Viva"); évaluation des politiques culturelles; Ministère de la Culture.

Experiências recentes de implementação e análise de políticas públicas no campo da cultura

A história da elaboração e da implementação de políticas de cultura no Brasil, até os anos 2000, esteve vinculada aos períodos de exceção democrática no Brasil. Com a chegada do Presidente Lula ao poder (2003) e o início da gestão do Ministro Gilberto Gil (2003-2008), o país passou a vivenciar a implementação de um projeto de construção de uma política cultural assentada em bases democráticas e participativas.

Uma inovação, realizada logo de início, foi a estruturação interna do Ministério da Cultura em secretarias das diversas políticas a serem implementadas. Assim surgem as secretarias destinadas a: diversidade e identidade cultural; articulação institucional; políticas culturais, financiamento à cultura, e programas e projetos culturais (logo transformada em Secretaria de Cidadania Cultural e atualmente Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural). Esta última foi responsável pelo lançamento do Programa Arte, Educação e Cidadania - Cultura Viva que obteve um grande destaque entre as ações do MinC, em especial, por atender a uma parcela da população que, em sua grande maioria, nunca havia acessado recursos públicos.

O presente artigo pretende recuperar parte da trajetória da construção das políticas públicas no campo de cultura no Brasil no século XXI, refletindo sobre algumas experiências que buscaram realizar análises e avaliações de algumas dessas políticas, em especial sobre o Programa Cultura Viva.

O Programa Cultura Viva estava baseado, desde seu nascimento, em um desenho que permitia um conjunto de inovações no campo da gestão da cultura brasileira, duas delas merecem ser aqui destacadas. A primeira delas é a de que os tipos de atividades a serem desenvolvidas não eram pré-delimitadas, a ideia central era a de fortalecer o que já estava sendo realizado nas localidades. A segunda é o fato do projeto ter sido iniciado já como um programa, com um conjunto de ações integradas e não a partir de iniciativas isoladas, o que configura o desejo da construção de uma política pública. Logo abaixo voltaremos do Programa.

A gestão do Ministro Gil é paradigmática. Foi construída de maneira a fornecer efetividade a alguns preceitos constitucionais que haviam sido estabelecidos na Constituição de 1988. Na tentativa de alterar uma conjuntura de ausência de políticas públicas de cultura, o MinC, na fala do Ministro Gil, o Ministério passou a atuar em três frentes: “ampliando o conceito de cultura; valorizando os conceitos de política pública, planejamento e ação sistêmica; mudando diretrizes e metas e elevando a capacidade de trabalho, para dar um sentido prático às novas visões e atitudes.” (Almeida, 2013, p.354)

Buscando, tanto criar uma efetiva presença nacional, quanto operar dentro das novas diretrizes e estratégias de ação do MinC, algumas iniciativas foram criadas. Em 06/07/2004, foi estabelecida a Portaria Ministerial nº 156, que criou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – CULTURA VIVA, com o objetivo de: “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade”. O Programa era destinado prioritariamente à população de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural, aos quais foram acrescidos, através da Portaria nº 82, de 2005, quilombolas e gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais. Ou seja, o programa é destinado a segmentos da população que tradicionalmente não tinham suas práticas culturais valorizadas pelo Estado nem acessavam recursos públicos para a realização das mesmas.

A forma de acesso aos recursos do Programa se daria através de editais: “editais de divulgação que convidem organizações privadas sem fins lucrativos e instituições públicas, legalmente constituídas que desenvolvam ações culturais e sociais, a apresentar propostas de participação e parceria nas diferentes ações do mesmo”. (MinC. Portaria nº 156) A Portaria é simples e sintética, mas os desdobramentos e a aplicação do Programa Cultura Viva, rapidamente, ganham dimensões efetivamente nacionais.

O Programa Cultura Viva é composto por várias ações, mas teve a ação Ponto de Cultura como eixo central. O Ponto de Cultura é a denominação que recebe a organização e/ou instituição que é selecionada em edital público e conveniada – essa é a denominação e definição mais formal burocrática, pois de alguma maneira, todos os que concorrem ao edital são, em sua essência, pontos de cultura, só não haviam recebido essa chancela do MinC. O critério de seleção está baseado no enraizamento territorial ou setorial que ação cultural já realizada. Um dos requisitos é o de atender a territórios com maior grau de vulnerabilidade.

Um elemento fundamental na base do Programa é o da criação de redes entre os Pontos de Cultura. A Portaria Ministerial de criação do Programa prevê, dentro do valor do repasse de recursos ao conveniado, a entrega de um kit de cultura digital - que é a segunda ação prioritária do programa, devendo estar presente em todos os pontos. A ação cultura digital implicava no recebimento, por cada um dos Pontos, de um estúdio multimídia. O equipamento, na filosofia do programa, cumpria um papel estratégico e cultural: “Desta forma, cada comunidade pode gravar sua música, registrar sua imagem colocá-las no ar, exercitando o processo de troca cultural entre

os Pontos.” (MinC.s.d:25) O Programa traz entre seus princípios o do compartilhamento tanto de informações, quanto das atribuições de gestão, no qual, na visão dos elaboradores tratava-se de:

Uma rede digital interligando todos os Pontos de Cultura viabilizará, em escala nacional, experiências de compartilhamento da gestão pública, inovando no processo de controle e participação em políticas públicas. Trata-se de uma tentativa de adotar uma concepção ampliada de política na qual a sociedade civil deve ocupar espaços participativos de deliberação pública, sem ter que assumir responsabilidades que deveriam ser próprias do Estado, preservando sua autonomia. (MinC,s.d, p.25)

Para ser selecionada, segundo os editais, a instituição candidata deveria atender a um dos públicos ou ações considerados prioritários e listados a seguir: estudantes da rede pública de ensino; adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social; populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos e de cultura; integração entre universidade e comunidade; habitantes de regiões com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental; habitantes de comunidades indígenas, quilombolas e rurais; e, portadores de necessidades especiais. Para fins de julgamento do projeto também eram levadas em conta que apresentasse propostas inovadoras em termos de processos criativos continuados; interface com a cultura digital em software livre; ações de formação cultural, documentação e registro nas comunidades em que atuam; geração de renda através da cultura; e, capacidade de agregar outros atores sociais e parceiros públicos ou privados, garantindo a sustentabilidade futura da proposta.

Os valores repassados para cada Ponto de Cultura eram modestos. O destaque do programa estava mais no recorte de público escolhido e na própria modalidade de seleção, que tem por princípio respeitar e potencializar ações, do que necessariamente no volume individual de recursos fornecidos

O Programa Cultura Viva e os processos de avaliação de políticas públicas

Ainda que o MinC não tivesse a prática de realizar avaliações sistêmicas em seus programas e ações, o Programa Cultura Viva, recebeu um tratamento diferenciado. O caráter inovador do mesmo já apontava para uma série de possíveis problemas em sua operacionalidade.

Nas considerações sobre o Programa, o IPEA nos informa que:

O número de assuntos e sua complexidade demonstram a seriedade, a vontade dos decisores e gestores do programa Cultura Viva, mas também as dificuldades em estabelecer uma visão estratégica. As ações – escola viva, cultura digital, economia solidária, trabalho, artes, diversidade cultural, etc. - multiplicaram-se sem que a elas correspondessem os necessários requisitos institucionais para conduzi-las e mesmo monitorá-las. (IPEA, 2011, p.18)

O Programa, na sua primeira década, passou três avaliações de grande porte. A primeira conduzida pelo Laboratório de Políticas Culturais (LPP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), sob a coordenação do Núcleo de Políticas Públicas de Cultura, e a duas seguintes conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A avaliação do LPP foi iniciada em dezembro de 2005 e visava abranger os 152 Pontos de Cultura selecionados pelo primeiro edital e ativos naquele momento. O levantamento de informações foi realizado através de formulário enviado eletronicamente (uma pesquisa de abrangência censitária à distância). As respostas começaram a ser processadas em abril de 2006, quando foi atingida a marca de 100 respondentes (número estabelecido previamente como mínimo a ser alcançado). A pesquisa contou também com 20 visitas técnicas aos Pontos. É importante ressaltar que vários deles ainda não haviam conseguido se conveniar com o MinC ou iniciar as atividades e que as bases de dados do próprio Ministério sobre a gestão do próprio Programa possuía um grande número de inconsistências. A pesquisa tinha como objetivo geral a avaliação e o monitoramento do Programa, buscando entender o alcance e o impacto da iniciativa e como objetivos específicos:

- a) Estabelecer um marco analítico para o melhor entendimento do processo de implementação e desenvolvimento dos Pontos de Cultura, que possibilite a verificação da consonância dos projetos em cursos com as metas, concepções, linhas de ação e atuação definidas pelo Programa Cultura Viva;
- b) Fornecer dados e indicadores (quantitativos e qualitativos) que permitam apreciar a dinâmica e modalidades de implementação e desenvolvimento dos Pontos de Cultura;
- c) Elaborar e testar metodologias de avaliação processual que forneçam subsídios analíticos e estratégicos para o fortalecimento do trabalho nos Pontos de Cultura e na gestão do Programa Cultura Viva;
- d) Elaborar subsídios teóricos que permitam apoiar a gestão

e execução do Programa Cultura Viva, no contexto de uma política pública de cultura inclusiva e democrática; e

- e) A formulação de alternativas destinadas a fortalecer sua eficiência, eficácia e efetividade social. (Cultura MINC – Programa Cultura Viva, 2006, pp-5 e 6)

A segunda avaliação do Programa, foi realizada em 2007 e 2008, pelo IPEA. Foi realizada uma pesquisa censitária e de um universo inicial de 526 pontos, dos quais apenas 386 (73%) foram considerados – 7% estavam com suas atividades suspensas; 5% não haviam ainda iniciado as atividades; 2% não foram encontrados; 4% estavam desativados e 1% haviam concluído atividades. (Silva. 2010:64) O desenho de avaliação do Ipea (com uma larga expertise em avaliação de políticas públicas), estava voltada tanto para a efetividade do Programa no território, quanto para os problemas operacionais existentes dentro da própria Secretaria e do MinC, que impactavam diretamente na efetividade do mesmo.

A partir dos resultados da segunda pesquisa o IPEA constatou que havia a necessidade de desenhar um outro modelo investigativo que pudesse dar conta de algumas das especificidades do programa – algo mais etnográfico, mas que os resultados que fizessem algum sentido no campo das avaliações tradicionais de políticas públicas.

Sobre a segunda pesquisa, o Ipea considerava que o grande desafio da análise, continuava a ser o de avaliar os diferentes elementos que compunham o Programa. Não bastava trabalhar somente com as informações que diziam respeito ao apoio financeiro (que de alguma maneira eram capturados nos momentos das prestações de contas), era necessário capturar informações sobre, por exemplo, a criação efetiva de uma possível nova lógica operacional assentada na autonomia e fortalecimento dos atores sociais envolvidos.

Segundo a análise do Ipea, a diversidade das instituições com perfis e atuações completamente distintos entre si, se por um lado pode ser considerada como a potência do Programa, na lógica das políticas públicas, trazia grandes dificuldades para o processo de avaliação. Para os analistas: “a heterogeneidade é algo que necessariamente se faz presente e tem reflexo imediato na análise do programa tornando praticamente impossível tecer generalizações durante o processo de avaliação”. (Ipea,2011, p.28)

Vejamos algumas questões presentes nas duas pesquisas censitárias e que nos revelam um pouco da evolução do Programa. Tendo em vista que o elemento comunicação e trabalho em rede era tido como fundamental dentro do mesmo, o conhecimento que os Pontos possuíam das outras ações do Programa, dos conceitos norteadores e do conjunto das ações do MinC passa a ser revelador da eficácia, ou não, do processo comunicativo. Na primeira pesquisa

(LPP) havia uma pergunta acerca do conhecimento de outras ações do Ministério. Questão que na segunda pesquisa (IPEA) é complexificada, pois tratava-se não somente de conhecer outras ações mas, também, aderir ou interagir com as mesmas

Vejamos o resultado sobre algumas ações. Sobre a Ação Agente Cultura Viva: na primeira pesquisa 89% dos Pontos conhecia bem a ação, mas a segunda já nos informava que somente 41% interagiu com ela. A ação Cultura Digital, como já foi dito, tinha um papel fundamental, inclusive para potencializar o uso do equipamento multimídia. Na primeira pesquisa, 53% dos Pontos conhecia bem a Cultura Digital, 34% havia ouvido falar muitas vezes e 12% havia ouvido falar poucas vezes. Na segunda pesquisa vemos que a relação havia sido ampliada e 61% dos pontos interagiu com a Cultura Digital, ainda que 33% não tivesse nenhum contato – um percentual muito alto de ausência para uma ação estratégica do Programa. Ambas as ações eram estratégicas, tinham o papel fundamental de ampliação das potencialidades das ações.

Na percepção sobre a participação no processo de seleção, na primeira pesquisa 35% dos Pontos declarou que as informações e esclarecimentos do Minc foram insatisfatórios e 8% insuficientes. Na segunda pesquisa, o problema se manteve com 11% declarando que o Minc não esclarecia as dúvidas, 10% com dificuldades de comunicação com o Ministério. Um problema frequente e que impactou fortemente nas ações foi o do atraso na liberação das verbas. Na primeira pesquisa, 87% dos Pontos declarou que as verbas foram liberadas com atraso. A segunda pesquisa identifica o crescimento do problema de fluxo das parcelas. Por exemplo, dos 195 conveniados em 2005, que em início de 2008 já deveriam ter recebido as cinco parcelas, somente 19 (ou seja 10% do total) tinha conseguido recebê-las e outros 65 haviam recebido apenas duas parcelas. (Silva.2010:99)

Alguns problemas tem sido recorrentes ao longo de toda a existência do Programa. Na terceira avaliação o Ipea ressalta que “o excessivo encantamento com os imprescindíveis elementos discursivos em detrimento dos cuidados com aspectos operacionais são índice, embora apenas provável, de deficiência nos outros planos das políticas, isto é, do plano normativo-estratégico e do plano operacional”. (Ipea.2011:60) A análise também propõe algumas ações para minorar os problemas tais como: pactuação de critérios, formação continuada, capacitações técnicas no processo de conveniamento; permissão de pagamento de consultores em contabilidade, entre outros. E complementa com recomendações sobre a necessidade de “elaboração de documentos precisos e exatos na descrição de normas, tipificação estratégica das relações do poder público com a sociedade civil e a criação de capacidades de agenciamento coletivo das ações”. (Idem.p.66)

O Cultura Viva em ações mais federalizadas

O Programa Cultura Viva chegou ao ano de 2008 com quase 2.500 pontos apoiados. Como resultado ocorreu também a ampliação dos problemas, tais como: as dificuldades de conveniamento, a falta de equipe técnica bem treinada para o atendimento dos pontos, a incapacidade de prestação de contas de diversos pontos interrompendo o fluxo do repasse das parcelas conveniadas e uma cobrança muito mais rigorosa dos órgãos de controle sobre o Ministério da Cultura.

A criação de uma estratégia de descentralização de recursos para os estados e municípios, obedecendo a uma lógica maior da federalização das ações, de certa maneira, evitou o travamento operacional do programa como um todo. Ao longo dos anos de 2009 e 2010, os problemas foram se agravando, havia questões desde impedimento de conveniamento de instituições selecionadas, até rejeições sistemáticas de prestações de contas.

Com o início da gestão da Presidente Dilma Rousseff e a chegada da Ministra Ana de Holanda na pasta da Cultura, os problemas se agravaram. Ainda assim, o processo de descentralização de recursos para os estados e alguns municípios foi mantido, permitindo uma sobrevivência ao programa no âmbito local.

É interessante resaltar que a potência discursiva do Programa, por outro lado, também havia crescido muito e que, mesmo com os entraves burocráticos, se fortalecia. O Cultura Viva havia sido elaborado de maneira a permitir o gerenciamento mais livre das atividades. Com a forma da utilização dos recursos diretamente vinculada a proposta de atividades apresentada no projeto e o acompanhamento da utilização dos recursos feito de maneira pontual, os maiores problemas surgiram nas prestações de contas intermediárias das parcelas ou na hora da finalização do projeto.

Este procedimento tem seu lado positivo e o negativo, na medida em que a autonomia das decisões é um elemento importante, mas, limitado, pelas regras legalmente estabelecidas de utilização de recursos públicos. A principal consequência é uma de inadequação da proposta de gerenciamento de recursos financeiros estabelecida pelo Programa às formas tradicionais de investimento público, convênios e repasses. (Calabre.2009c, p.37)

A gestão que se iniciou com a Ministra Ana de Holanda, em 2011, terminou gerando uma quase paralisia do Programa. O Minc, nesse momento, passou também por reformas estruturais. As secretarias de Identidade e Diversidade e de Cidadania Cultural foram fundidas, acarretando um grande esforço administrativo de reunir os programas implementados pelas duas secretarias que dialogavam, mas que tinham total autonomia. A partir de então foi criada a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC)

Em 2012, foi realizado um grande esforço, com a contribuição do Ipea, para elaborar um novo desenho do Programa Cultura Viva, no qual as questões da diversidade cultural estivessem presentes. Ao mesmo tempo em que a SCDC se empenhou na busca de soluções para problemas tanto de conveniamento, quanto de prestação de contas que se arrastavam ao longo de anos.

O resulta prático foi o da promulgação em 30 de dezembro de 2013, da Portaria Ministerial nº 118, que reformulou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, que passa a se chamar Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva, visando a:

- I - promover o acesso aos meios de criação, formação, pesquisa, fruição, produção e difusão cultural;
- II - potencializar energias sociais e culturais com vistas à construção de novos valores de cooperação e solidariedade;
- III - reconhecer e proteger a diversidade das expressões culturais, a convivência e o diálogo entre diferentes, o intercâmbio cultural nacional e internacional, o respeito aos direitos individuais e coletivos;
- IV - estimular a participação e o protagonismo social na elaboração e na gestão compartilhada e participativa das políticas públicas da cultura, amparado em mecanismos democráticos de diálogo
 - com a sociedade civil;
- V - promover o direito à cultura como elemento essencial para o exercício da cidadania, a diversidade cultural em suas múltiplas expressões simbólicas e a atividade econômica no campo cultural;
- VI - fomentar a sustentabilidade e o empreendedorismo;
- VII - valorizar e fomentar iniciativas culturais já existentes na sociedade civil ou em outras esferas da federação;
- VIII - estimular o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços disponíveis para ações culturais; e
- IX - ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais. (Minc. Portaria nº 188, 2013)

Na segunda gestão da Presidente Dilma, assumiu o Ministério Juca Ferreira, e algumas ações, como o Cultura Viva, deveriam passar por reformulações e reativamentos. Entretanto, o início do processo de impeachment da Presidente, seguido das ações contra a área da cultura levadas a cabo pelo governo ilegítimo, vem colocando políticas, programas e ações em risco. Alguns desdobramentos e novos editais territoriais continuaram a ocorrer, junto com uma paralisia no nível central do governo.

Para concluir

Os gestores do Programa Cultura Viva, desde o início, tinham a consciência dos problemas que poderiam vir a enfrentar ao propor um modelo tão diferenciado de programa, logo, se preocuparam em contratar pesquisas externas de avaliação para o mesmo. Pode parecer contraditório, mas entre as principais críticas dos técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) ao Programa está a da ausência de planos de monitoramento e avaliação integrados ao processo inicial de planejamento e implementação da ação pública – o Ipea realizou duas das três avaliações às quais o Cultura Viva foi submetido. Segundo o Instituto “o desenvolvimento das ações, a implementação e a avaliação não foram lineares, e que o próprio programa foi se constituindo ao longo do tempo”. Ipea (2011:80) Nesse ponto o Ipea expõe uma fragilidade do Programa ao afirmar que faltou ao Cultura Viva “o estabelecimento, desde seus primórdios, da construção de uma base de dados compartilhada e atualizada, de maneira a permitir o conhecimento de informações mínimas compondo um perfil básico das instituições integrantes” do mesmo. Ipea (2011:80)

A opção em estruturar o Programa menos em desenhos fechados e mais em conceitos como autonomia, protagonismo e empoderamento, gerou excelentes resultados de apropriação discursiva, mas efeitos mais restritos no território da gestão de recursos públicos por instituições da sociedade civil. Tais questões estão, sem dúvida, diretamente ligadas a história da construção social do país, originado de uma sociedade desigual, com muitos escravos e poucos senhores, com mais de quinhentos anos de esforço intenso das camadas dominantes de manutenção de uma ideologia que desqualifica os fazeres e os saberes das camadas dominadas.

A proposta do MinC extrapolou a tradicional forma assistencialista de comportamento do Estado em relação às camadas populares, aos grupos menos privilegiados da sociedade. Entretanto a lógica de construção das políticas públicas está assentada em uma série de ferramentas e instrumentos burocráticos que tratam de maneira teoricamente igual, os desiguais, ou seja, não há espaço para a diversidade cultural e para as desigualdades social, econômica e política que nos compõem. Os mecanismos de controle, as cobranças das prestações de contas não consideram, em nenhum grau, as especificidades das atividades e dos públicos atendidos pela ação ou política.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Armando, et all. (org.) (2013) Cultura pela palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura 2003-2010/ Gilberto Gil & Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal.

BARBOSA, Frederico e CALABRE, Lia (orgs.) (2011) Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva. Brasília: Ipea.

CALABRE, Lia. (2013) “Políticas culturais no Brasil do século XXI: cenários e desafios”. In: COSTA, Frederico Lustosa da. *Política e gestão cultural: perspectiva Brasil e França*. Salvador, Edufba.

_____. (2009b) Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Ed; FGV.

_____. (2009c) “O programa Cultura viva: riqueza e desafios na gestão das atividades culturais”. In: MinC/SCC. Seminário Internacional do programa Cultura Viva: novos mapas conceituais. Pirenópolis.

CHAUÍ, Marilena. (2006) Cidadania cultural: O direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

IPEA. *Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões*. Ipea / Coordenação de Cultura. Brasília: Ipea, 2011.

MINC. Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária. 3ª. Ed.- revisada. Brasília. S.d.

Cultura MINC – Programa Viva. Avaliação Piloto – relatório final. (2006) Coordenação e execução: Núcleo de Políticas Públicas de Cultura do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, setembro/2006.

MINC. (2009) Relatório Anual do Programa Mais Cultura. Brasília: Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura – MINC. (mimeo)

MINC. (2010) Cultura em três dimensões. Material informativo: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010. Brasília: MinC.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.) (2010) Políticas culturais no governo Lula. Salvador, Edufba.

SILVA, Frederico A. Barbosa. (2011) “O Programa Mais Cultura, o Fundo Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura”. In: SILVA, Frederico A. Barbosa; et all (org.) As políticas públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura. Brasília: Ipea.

SILVA, Frederico A. Barbosa e ARAÚJO, Herton Ellery (org.) (2010) Cultura Viva: avaliação do programa arte, educação e cidadania. Brasília: Ipea.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso. 09/11/2004. In: MinC. Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária. 3ª. Ed.-revisada. Brasília. S.d.